

# CULTURA POLÍTICA MENTALIDADES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1989

## RECENSÕES CRÍTICAS

Joaquim Ferreira Gomes, *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Instituto de Inovação Educativa, 1989, 408 pp.

Chamar «factual» à história que faz Joaquim Ferreira Gomes não constitui qualquer crítica negativa para o trabalho do investigador. É antes uma posição por ele assumida, não só neste livro mas em outros. São suas as seguintes palavras do Prefácio: «Esta insistência nos 'factos' tornou o livro 'pesado' e de leitura pouco atraente. Mas foi uma opção consciente, pois, sem factos, não é possível fazer História. Não foi, todavia, minha intenção fazer História, mas muito simplesmente carrear elementos, dar algumas achegas, para que seja possível fazer História, neste caso concreto, para que seja possível escrever um capítulo da História da Educação em Portugal». Oxalá que outros investigadores, porventura menos probos nas suas pesquisas, tivessem esta sinceridade simples, própria de um homem incómodo que gosta de dizer a verdade (ou o que julga ser a verdade), mesmo quando a diz rudemente. Ainda me lembro — embora outros não queiram recordá-lo — o seu polémico livrinho *O Padre num mundo em transformação* (Coimbra, Livraria Almedina, 1968), que, pela sua frontalidade e ânsia de *aggiornamento* da Igreja, provocou, num tempo em Portugal pouco propício ao diálogo, grande celeuma e sequelas de que o autor talvez ainda se não tenha libertado totalmente.

O objectivo do mais recente livro de Ferreira Gomes é, pois, «carrear elementos, dar algumas achegas, para que seja possível fazer História». *Fazer História* (curiosamente o título do famoso livro dirigido por Jacques Le Goff e Pierre Nora) é, na verdade, um exercício mais complexo e, quase diria, bem mais difícil. É certo que por «fazer História» também se entende muitas vezes, infelizmente, um mero acto de retórica, feito sem «factos» ou com «factos improvisados». Mas tam-

bém não é isso «fazer História», evidentemente. Para tal é necessário, sem dúvida, o levantamento dos «factos», mas, além disso, torna-se imprescindível um complexo exercício de interpretação, que exige cada vez mais conhecimentos em áreas científicas diversas, numa perspectiva interdisciplinar. Por isso o ofício do historiador é hoje mais difícil do que nunca e o conduz a uma posição, não diria céptica, mas altamente problematizadora no plano epistemológico.

Voltando ao livro de Ferreira Gomes, verificamos que, com base na consulta de cinco tipos de fontes — os documentos do Arquivo da Universidade, o espólio não catalogado do depósito da Biblioteca Central da Faculdade de Letras de Coimbra, o *Diário do Governo*, o *Anuário da Universidade de Coimbra* e o *Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra* — vai catando toda a espécie de informação sobre o tema que aborda, transcrevendo decretos sobre decretos, editais e portarias, documentos diversos, listas bibliográficas, etc. Assim depois de nos dar a conhecer a estrutura do «Curso de Habilitação para o Magistério Secundário» (cap. I) e de nos documentar exaustivamente sobre as «Escolas Normais Superiores» que funcionaram a partir de 1911 (cap. II), analisa, num outro capítulo, o capítulo central da obra, tudo o que se refere à «Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra» (cap. III), desde o decreto da criação aos orçamentos, desde o nome dos alunos matriculados aos júris para os concursos de admissão ou para os exames de estado dos candidatos ao magistério, desde a moção de apelo dos professores da Escola para que ela não fosse extinta até ao decreto da sua abolição. Num outro capítulo (cap. IV) conhece-se com todo o pormenor o catálogo dos livros e das revistas da Escola, como até a correspondência para pedido, compra e pagamento de volumes e revistas, e no capítulo V, são catalogadas teses para concursos de admissão, conferências, trabalhos práticos, exercícios, excursões científico-pedagógicas, dissertações e relatórios de exames de estado. Termina o livro com um «Apontamento final» (cap. VI), contendo breves notas sobre o funcionamento da Escola, e uma Bibliografia, não faltando também um Índice Onomástico, de grande utilidade num livro deste género.

Não valerá a pena relacionar os diversos problemas históricos (histórico-pedagógicos, histórico-culturais, histórico-institucionais, histórico-políticos, histórico-sociológicos, etc.) que a temática e os dados carreados poderiam sugerir e que não foram aqui abordados. O autor expressamente não quis analisá-los e por isso seria descabido referi-los. De

qualquer forma, não deixamos de lamentar que Ferreira Gomes, com a capacidade de reflexão que lhe é reconhecida por quem com ele convive, *não queira* dedicar-se a uma outra análise histórica com que coroaria uma vida inteiramente dedicada à investigação, com muitos sacrifícios e sem grandes compensações, inclusivamente de ordem económica, em parte devido à nossa lamentável política editorial.

Estamos, pois, não perante um livro para *ler*, mas perante uma excelente obra para *consultar*. Assim o desejou, e deseja, a honestidade e a humildade de Joaquim Ferreira Gomes, que é — deve dizer-se — o mais importante dos cabouqueiros da história da Educação em Portugal.

*Luís Reis Torgal*

Pierre Chaunu, Georges Duby, Jacques Le Goff, Pierre Nora e outros, *Ensaio de Ego-História*, Lisboa, Edições 70, 1989, 361 pp.

«Eis um livro que não se parece com os outros», — primeira fase, em nota de abertura, de Pierre Nora.

A radical afirmação da diferença prossegue no enunciado de intenções deste projecto editorial, tão surpreendente quanto realista e provocatório. Com ele se declara o aparecimento de «um género novo para uma nova idade da consciência histórica», o que, desde logo, supõe a questão da própria historicidade da História, tal como, de forma simples e directa, Maurice Agulhon reconhece. Por isso, o seu depoimento inicia-se com estas palavras: «Pode saber-se, no início de uma carreira consagrada à História que se 'fará história' mas é raro saber-se à partida que história se fará».

É na base do reconhecimento da impossibilidade virtual de uma objectividade histórica fundada no apagamento do sujeito que faz a História, neste caso do historiador, que os *Ensaio de Ego-História* desenvolvem aquilo que poderá ser uma autêntica provocação ao mais forte e persistente argumento do cientismo histórico herdado do positivismo. *Daí a inversão do facto-documento para o historiador-acontecimento*. Inversão que acarreta, num primeiro momento, a recusa do historiador «abarricado por detrás das suas fichas», a renúncia peremptória do nós e a imposição do eu na escrita da História.

Mais do que uma simples proclamação de singularidade, esta Ego-História que não é «nem autobiografia falsamente